



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**  
**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

## **015. PROVA OBJETIVA**

### **ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES RURAIS**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

#### *O equilibrista bêbado*

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br), 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
  - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
  - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
  - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
  - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
  - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
  - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
  - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
  - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
  - (B) justificadas.
  - (C) decorosas.
  - (D) convencionais.
  - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende \_\_\_\_\_ ideia de que a forma racional para chegar \_\_\_\_\_ melhores resultados nas organizações pode não equivaler \_\_\_\_\_ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
  - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
  - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
  - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
  - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
  - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
  - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
  - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
  - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
  - (B) Ministério Público e autarquia.
  - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
  - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
  - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
  - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
  - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
  - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
  - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
  - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
  - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
  - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
  - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
  - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
  - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
  - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
  - gozará de autonomia jurídica.
  - ficará isenta de tributos federais e municipais.
  - é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
  - fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. As perdas dos recursos naturais provocadas pela erosão dependem, principalmente, de dois processos: exposição do solo ao contato direto com a chuva e enxurradas. Com isso, as práticas conservacionistas, que visam diminuir a intensidade desses dois processos erosivos, fundamentam-se, respectivamente
- na execução de curvas de nível em terreno declivoso e na adequada adubação de cobertura.
  - na manutenção da cobertura do solo e na construção de terraços em terrenos declivosos.
  - na retirada de plantas invasoras e na preparação do solo com arado de aivecas.
  - no cuidado com a compactação do solo e na manutenção da cobertura morta.
  - no destorroamento e no nivelamento da camada arada de solo por meio de gradagens do terreno.
26. O potencial produtivo agrícola é determinado por fatores relacionados ao solo, à disponibilidade de água e à espécie envolvida. A água que pode ser absorvida pela planta é definida como a água contida no solo que está entre a capacidade de campo e o ponto de murcha permanente, equivalendo, respectivamente, aos pontos de
- máxima capacidade de água disponível no solo e disponibilidade total de água que pode ser utilizada pela cultura.
  - disponibilidade mínima de água no solo e limite máximo da água disponível no solo.
  - máxima capacidade de água que o solo pode reter e limite mínimo de água armazenada no solo.
  - máxima umidade com base em massa seca e mínima umidade com base em volume.
  - limite máximo de evapotranspiração da cultura e limite mínimo de evapotranspiração de referência.
27. O fenômeno que ocorre quando uma pessoa olha simultaneamente duas fotografias aéreas que foram tiradas da mesma cena, mas de pontos diferentes, dando a percepção de profundidade ou terceira dimensão, é chamado de
- paralaxe.
  - holografia.
  - estereoscopia.
  - restituição aerofotogramétrica.
  - reflectância.
28. A classificação climática de Köppen, bastante utilizada no zoneamento agrícola, identifica as regiões da superfície terrestre por meio do estudo de vegetação, associando valores numéricos de temperatura e de precipitação às regiões. Sendo assim, a região que se enquadra à classificação climática *Cwa* apresenta clima
- subtropical, com inverno seco e temperatura do mês mais quente inferior a 22 °C.
  - tropical, com inverno seco e verão muito chuvoso.
  - semiárido, com inverno chuvoso e verão seco e quente.
  - subtropical, com inverno seco e temperatura do mês mais quente superior a 22 °C.
  - subtropical, sem estação seca e com temperatura do mês mais quente superior a 22 °C.
29. A condutividade elétrica (CE) do solo é muito importante para o desenvolvimento das plantas e está diretamente relacionada ao teor de sais solúveis. Problemas de salinidade têm sido observados em sistemas fertirrigados sob cultivo protegido, principalmente, devido à
- interceptação da chuva pela cobertura da estufa e ao uso excessivo de adubação.
  - alta frequência da irrigação e à capacidade do sistema.
  - interação dos nutrientes com a matriz do solo.
  - fertilidade mínima que se pretende manter no solo ao longo do ciclo de desenvolvimento da cultura.
  - profundidade explorada pelo sistema radicular, à fração de área molhada e ao teor inicial do nutriente no solo.
30. Em uma análise de solo, verificou-se que a CTC potencial (T) era de 4,3 cmolc dm<sup>-3</sup> e o volume de saturação de bases trocáveis atual do solo, de 30%. Considerando que, para a cultura do milho, o volume de saturação de bases trocáveis ideal para a planta é de 50%, assinale a alternativa que indica corretamente a necessidade de calagem para esta cultura, utilizando-se o método da saturação por bases, sabendo-se que o poder relativo de neutralização total do calcário utilizado é de 100%.
- 86 t/ha.
  - 24,5 t/ha.
  - 8,6 t/ha.
  - 2,45 t/ha.
  - 0,86 t/ha.

31. O monitoramento de pragas, doenças e plantas daninhas, por meio do manejo fitossanitário, influencia a produção do feijoeiro e dá embasamento aos técnicos que trabalham com a cultura na tomada de decisões e na resolução dos seus problemas. Desta forma, é recomendado que as amostras de plantas daninhas devem ser realizadas em duas etapas, antes da instalação do cultivo e no estágio V3, o qual corresponde à
- (A) germinação: absorção de água pela semente, emergência da radícula e sua transformação em raiz primária.
  - (B) primeira folha trifoliolada: abertura da primeira folha trifoliolada e o aparecimento da segunda folha trifoliolada.
  - (C) pré-floração: surgimento do primeiro botão floral e o primeiro racemo.
  - (D) formação das vagens: surgimento da primeira vagem.
  - (E) emergência: os cotilédones aparecem ao nível do solo e começam a separar-se.
32. A amontoa é uma prática cultural muito utilizada e de grande importância na produção da batata. Assinale a alternativa que indica as vantagens deste trato cultural.
- (A) Acelera o processo de tuberização e aumenta a produtividade, além de evitar o esverdeamento dos tubérculos.
  - (B) Visa impedir a transmissão de vírus da parte aérea da planta para os tubérculos no solo.
  - (C) Reduz o tamanho do tubérculo e, conseqüentemente, faz com que o tamanho da batata torne-se adequado às exigências do mercado consumidor.
  - (D) Gera maior flexibilidade no momento da colheita mecanizada dos tubérculos.
  - (E) Estimula a inibição da brotação das gemas laterais, surgindo apenas um ou poucos brotos apicais.
33. A operação de secagem das sementes é fundamental no sistema de produção, pois, além de reduzir o teor de água, permitindo a preservação de sua qualidade fisiológica durante o armazenamento, possibilita a antecipação da colheita. No entanto, durante o processo de secagem, ocorre perda de peso das sementes, a qual pode ser calculada. Deste modo, qual a perda de peso aproximada de um lote de 1 000 toneladas de sementes, inicialmente apresentando 15% de umidade e, após a secagem, 10% de umidade?
- (A) 5,5 kg.
  - (B) 55 kg.
  - (C) 550 kg.
  - (D) 5 500 kg.
  - (E) 55 000 kg.
34. Assinale a alternativa que indica características da produção de hortaliças sob cultivo protegido.
- (A) Maior necessidade de execução de tratos culturais como desbaste, irrigação, adubação e tratamento fitossanitário.
  - (B) Menor relação percentual entre sementes plantadas e mudas obtidas.
  - (C) Menor aproveitamento da área destinada à produção de mudas, devido à implantação da estufa.
  - (D) Maior estresse por ocasião do transplante das mudas.
  - (E) Maior precocidade na formação das mudas.
35. O *greening*, também chamado de *huanglongbing* (HLB), é considerado, atualmente, a pior doença dos citros no mundo, em função da dificuldade de controle, da rápida disseminação e por ser altamente destrutiva.
- Assinale a alternativa que indica, respectivamente, o agente causal da doença e uma das medidas fundamentais que devem ser adotadas pelos citricultores para o controle do *greening*.
- (A) *Candidatus Liberibacter* spp. – Arranquio das árvores contaminadas de qualquer idade e severidade de sintomas.
  - (B) *Phomopsis citri* – Cultivo de murta, por ser repelente natural do psilídeo e da bactéria.
  - (C) *Phytophthora citrophthora* – Podar os ramos infectados assim que os primeiros sintomas surgirem.
  - (D) *Xanthomonas citri* subsp. *citri* – Eliminar talhões inteiros que apresentem sintomas em mais de 28% das plantas.
  - (E) *Toxoptera citricidus* – Adquirir mudas sadias com origem garantida, produzidas em viveiros devidamente cadastrados na Coordenadoria de Defesa Agropecuária.
36. Para se obter frutas de qualidade, o momento da colheita deve respeitar as características fisiológicas de cada espécie, como no caso da uva, em que a colheita deve ser sempre realizada quando a fruta atingir o ponto de maturidade horticultural, o qual coincide com
- (A) o ponto de pré-maturidade fisiológica, pois a uva é uma fruta não climatérica e, por isso, pode ser colhida ainda imatura.
  - (B) o ponto de maturidade fisiológica, pois a uva é uma fruta não climatérica e, por isso, só deve ser colhida quando madura.
  - (C) o período após a maturidade fisiológica, pois a uva é uma fruta climatérica e, por isso, só deve ser colhida quando madura.
  - (D) o pico climatérico, pois a uva é uma fruta climatérica e, por isso, só deve ser colhida quando iniciar a maturação.
  - (E) o ponto de qualidade máxima, pois a uva é uma fruta climatérica e precisa ser colhida madura.



37. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, evoluindo sua participação no mercado externo nos últimos anos. Diante da grande mobilização do mercado internacional, o Brasil procurou se adequar às novas tendências mundiais, criando um sistema de certificação de frutas conhecido como
- (A) Comitê de Certificação de Frutas.
  - (B) Produção Integrada de Frutas.
  - (C) Programa de Internacionalização de Frutas.
  - (D) Programa de Certificação de Frutas.
  - (E) Programa de Boas Práticas Agrícolas.
38. A palhada representa a essência do plantio direto e ajuda no controle de plantas daninhas, principalmente devido à ação alelopática, que significa:
- (A) uma planta sobrevivendo às custas de outra.
  - (B) plantas que utilizam os mesmos recursos simultaneamente em quantidades limitantes no ambiente.
  - (C) a época em que não ocorre a emergência da planta daninha em relação à cultura.
  - (D) efeito de uma planta sobre outra, por meio da produção de compostos químicos liberados no ambiente.
  - (E) pós-emergência tardia da planta daninha, após o início do período de matocompetição com a cultura.
39. São exemplos de espécies forrageiras utilizadas na alimentação animal
- (A) *Brachiaria brizantha*, *Cyperus rotundus*, *Psidium guajava*.
  - (B) *Andropogon gayanus*, *Bidens pilosa*, *Bauhinia rufa*.
  - (C) *Pennisetum purpureum*, *Medicago sativa*, *Brachiaria decumbens*.
  - (D) *Panicum maximum*, *Pteridium aquilinum*, *Myrciaria dubia*.
  - (E) *Cynodon dactylon*, *Caesalpinia pluviosa*, *Pouteria caimito*.
40. A raça leiteira de porte pequeno, que produz muito leite, com alto teor de gordura, possui cor da pelagem parda ou amarelada, com manchas brancas ou não, e maturidade precoce, comumente parindo antes dos dois anos de idade, é denominada
- (A) Holandesa.
  - (B) Simental.
  - (C) Gir leiteiro.
  - (D) Girolando.
  - (E) Jersey.
41. O leite de cabra possui alta digestibilidade quando comparado ao leite de vaca, sendo uma boa opção para a substituição do leite bovino. Além disso, existem outras diferenças entre a produção de leite na caprinocultura e na bovinocultura, tal como
- (A) as cabras possuem ciclo reprodutivo mais curto que o das vacas, com uma gestação de, aproximadamente, 5 meses.
  - (B) as cabras iniciam a vida produtiva apenas aos 24 meses de idade, enquanto as vacas já começam aos 12 meses.
  - (C) o primeiro cio das cabras ocorre após o 10.º mês de idade, já as vacas apresentam o primeiro cio aos 12 meses.
  - (D) o consumo de forragem por 2 cabras, com produção média de 1,2 litros de leite/dia, equivale ao de uma vaca com produção de 6 litros de leite/dia.
  - (E) o intervalo entre os partos das cabras é de 10 meses, enquanto o das vacas é de, aproximadamente, 8 meses.
42. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar. Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar sujeitam-se a condições especiais, tal como o limite de financiamento
- (A) para pessoas físicas, de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
  - (B) para empreendimento familiar rural, em nome de pessoa física, de até R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).
  - (C) para associações, de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).
  - (D) para cooperativa singular, de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
  - (E) para cooperativa central, de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), quando se tratar de financiamento visando ao atendimento a, no mínimo, 3 cooperativas singulares.
43. Entende-se por extensão rural:
- (A) o ato de prestar assistência técnica, sem caráter educativo, que visa resolver problemas específicos, pontuais, sem, contudo, capacitar o produtor rural.
  - (B) o estabelecimento de subsídios especiais para a instalação do emergente setor agro-industrial brasileiro.
  - (C) o ato de oferecer pacotes tecnológicos aos produtores rurais, centrados nas variedades de alto rendimento e na massiva adoção de insumos químicos.
  - (D) o ato de ensinar, levar ou transmitir conhecimentos, de qualquer natureza, de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural.
  - (E) políticas para garantir o direito aos créditos rurais, oferecidos ao produtor rural, nas diferentes formas de ação do Estado, seja no campo ou nas cidades.

44. O CONDRAF tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. Qual é o nome deste órgão público e de qual Ministério ele é integrante?
- (A) Comitê Nacional de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- (B) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- (C) Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural e da Agroecologia Florestal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- (D) Comitê Nacional do Desenvolvimento de Comunidades Rurais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (E) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica e Financeira do Ministério do Trabalho e Emprego.
45. Na agricultura familiar, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando a mão de obra da própria família. Eles são respaldados pelo PRONAF, o qual busca propor ações que beneficiem os agricultores familiares, como o caso da Garantia-Safra (GS), plano de ajuda voltado para agricultores
- (A) localizados predominantemente na região Norte do Brasil, que sofreram perda total da safra por motivo de excesso de chuvas.
- (B) em todo o território nacional, que sofreram perda de, pelo menos, 50% da safra por motivo de seca, excesso de chuvas, geadas ou ventanias.
- (C) localizados na região Sudeste e Sul do país, que sofreram perda de, pelo menos, 50% da safra por motivo de geadas extremas.
- (D) localizados predominantemente na região do semiárido brasileiro, que sofreram perda de, pelo menos, 50% da safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.
- (E) em todo o território nacional, que sofreram perda total da safra por motivo de uso inadequado de fertilizantes, calagem incorreta ou toxicidade nas plantas.
46. Segundo a \_\_\_\_\_, o estado nutricional da planta é o que determina sua resistência ou sua susceptibilidade ao ataque de pragas e patógenos.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) Teoria da Trofobiose
- (B) Permacultura
- (C) Teoria da Simbiose Mutualística
- (D) Interação dos Elementos Biogeoquímicos
- (E) Equação da Protocooperação
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
- (B) Secretaria do Meio Ambiente.
- (C) Secretaria de Minas e Energia.
- (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
- (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
- (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
- (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
- (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
- (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
- (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
- (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
- (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
- (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.

- 50.** Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
  - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
  - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
  - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
  - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

